

ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU – REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2023, INSCRITA NO CNPJ SOB N° 47.865.597/0001-09 E NIRE N° 3530003189-0.

Aos onze dias do mês de dezembro de 2023, reuniram-se: as Sra. Iêda Aparecida Patrício Novais (Coordenadora do Comitê), Sra. Daniella Breches Böttcher (Membro), Sra. Grace Maria Silva Urbano (Membro), Sra. Karina Fonseca Lima (Membro) e Srs. Luiz Carlos Nannini (Membro do Comitê). Convidados: Srs. Adinan Piolli (Superintendente de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno), Sr. João Antônio Bueno e Souza (Superintendente Jurídico) e Sras. Maria Cláudia Pereira de Souza (Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), Sra. Monica Theresinha Bartie Rossi (Superintendente de Planejamento e Operações), Sra. Rosângela Paulino da Silva (Gerente de Contabilidade) e os Srs. Jorge Kremimg sócio e representante da Russell BedFord, Sr. Maurício Akhnaton Dorini (Líder da Auditoria Interna), Sr. Edivaldo Marinho de Oliveira e o Sr. Dauton Emerson de Mello (Gerente do Societário) para secretariar a sessão.

Ordem do dia: 1) Apresentação das Políticas da CDHU; 2) Relatório Jurídico perdas possíveis e prováveis, e Ofício CODEC 191 referente a honorários advocatícios; 3) Plano de Negócio, Metas e Resultados 2024; 4) Apresentação do Balanço Patrimonial e da BDO com o planejamento das DFs de 2023; 5) Relatórios de trabalhos de obras, RH e PAINT; 6) CAE - Agenda de reuniões de 2024.

O Conselho de Administração da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU, em Reunião realizada em 20/10/2021 acolhendo recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário que a divulgação das atas sejam efetivadas apenas por extrato, considerando o notório caráter confidencial dos assuntos tratados no seu âmbito de atuação e de suas reuniões, devendo as atas na íntegra permanecer arquivadas na Companhia, para exame dos órgãos de controle em consonância com os parágrafos 2º a 5º do artigo 86 da Lei Federal nº 13.303/2016.